

Cruzada pelo ensino

Um debate com especialistas em Educação, que o Jornal de Brasília publicou domingo, juntamente com entrevista do ministro Hugo Napoleão, permitiu ver-se o tamanho do desafio que a sociedade brasileira enfrenta para remover o analfabetismo e a escolarização insuficiente, dois aspectos de um mesmo e gravíssimo problema para o qual não temos ainda solução.

O País tem hoje situação verdadeiramente dramática quanto aos indicadores de escolarização: 20 milhões de analfabetos adultos, que se terá de alfabetizar em 10 anos, segundo a nova Constituição. Como fazê-lo? Estudos da Unesco demonstram que o alfabetizado adulto, quando não prossegue a escolarização, regride à condição original em dois ou três anos. A tarefa, pois, é a de alfabetizar e escolarizar, sem o que o investimento terá sido inócuo. Como colocar eficientemente mais 20 milhões de pessoas em um sistema de ensino fundamental que permite a fantástica taxa de evasão imediata de 87%?

Hoje, apenas 13% dos alunos que ingressam na 1ª série do 1º grau chegam à 8ª série, significando que uma grande parte deles realimenta o estoque de analfabetos. Na zona rural, essa taxa é de 0,77%, isto é, quase nenhum. Temos, pois, não apenas o mandamento constitucional quanto à alfabetização dos adultos, mas a imperiosa necessidade de se encontrar meios de tornar eficiente a alfabetização e a escolarização dos jovens de 7 a 14 anos, que constituem os recursos humanos de que o País vai necessitar amanhã.

A sociedade brasileira, conquanto paga os impostos que têm alimentado o

sistema escolar, vem tendo uma atitude passiva diante desta imensa responsabilidade, atribuindo-a só ao Estado. Não deve ser assim. Este problema é grave demais — ele condiciona todos os outros níveis de interação social no País — para que possa permanecer dependente da iniciativa dos governantes. Se a sociedade não o assumir, cada indivíduo fazendo a sua parte, cada empresa responsabilizando-se por uma parcela dele, cada instituição social elegendo a solução do problema como sua meta, pouco o Estado, sozinho, poderá fazer.

O orçamento da União para o próximo ano não pôde prever, como manda a Constituição, a totalidade dos recursos necessários ao enfrentamento do problema da alfabetização e da expansão horizontal e vertical do ensino de 1º grau. Os recursos totais disponíveis e os compromissos já assumidos com a rede universitária impediram revisão significativa das dotações para o ensino fundamental. Impõe-se, por isso, que a sociedade brasileira encontre outras formas de financiamento e de operacionalização de uma grande campanha contra o analfabetismo.

Não se trata apenas, conquanto este aspecto seja relevante, de quitar uma dívida social. Trata-se de recuperar recursos humanos de que o País necessita para a tarefa do desenvolvimento. Um País com tão elevada taxa de analfabetismo e tão fantásticos níveis de evasão escolar não pode ter uma perspectiva consistente de desenvolvimento. As entidades associativas, de todas as categorias, deveriam assumir parte dessa responsabilidade, a de mobilizar a Nação numa cruzada pelo ensino.